Capítulo 11

Grécia: o período Arcaico (Esparta)

Esparta, uma das primeiras cidades-estados a surgir na Grécia, foi fundada no século IX a.C. pelos invasores dórios, na fértil Planície da Lacônia, às margens do Rio Eurotas. Os aqueus que ali viviam ou se aliaram aos invasores, ou foram escravizados, ou fugiram. O nome da cidade veio de uma planta da Lacônia.

1. Organização primitiva (séculos IX-VII a.C.)

Os dórios dividiram entre os guerreiros as terras conquistadas e constituíram o genos típico do período Homérico: propriedade coletiva e regime patriarcal.

Dois reis (Diarquia), um Conselho e uma Assembléia exerciam o governo, segundo a constituição de Esparta — *Grande Retra* (lei). A *Diarquia* exercia o poder executivo em tempo de guerra e oficiava as cerimônias religiosas que precediam os combates. O Conselho formado pelos mais velhos (*Gerúsia*) tinha caráter consultivo. O órgão mais importante era a Assembléia (*Ápela*), formada por todos os cidadãos dórios: dava a palavra final em assuntos políticos e administrativos.

2. As transformações do século VII a.C.

Em 650 a.C., os messênios se revoltaram contra a dominação de Esparta, concluída em fins do século VIII a.C. Após uma guerra de cerca de trinta anos, Esparta reduziu à condição de escravos os habitantes da Planície da Messênia, perto da Lacônia.

O grande número de escravos para reprimir explica por que, a partir do século VII a.C., Esparta interrompe as conquistas externas e limita-se a intervir nos governos das cidades próximas, a fim de manter sua amizade e garantir a hegemonia no Peloponeso (Grécia Peninsular; o nome vem de Pelops, tido como primeiro ocupante da região).

A economia se transformou. Em lugar das propriedades coletivas, surgiu uma vasta propriedade estatal, dividida em, provavelmente, 8 000 a 9 000 lotes (*cleros*), distribuídos entre os guerreiros dórios da antiga aristocracia. Não podiam ser cedidos nem divididos. Era a *terra cívica*. O Estado detinha a posse legal, e o cidadão dório, o usufruto.

Os escravos, aqueus e messênios, foram emprestados pelo Estado, à razão aproximada de seis por lote. Os dórios não podiam matá-los nem mutilá-los, a não ser por ordem do Estado. Os escravos tinham situação razoável. Moravam em quintas isoladas e davam ao dono do lote uma renda, inicialmente fixada em frutas, vinho e azeite, em quantidade proporcional ao produto básico que deviam pagar, a cevada: para o senhor, 70 medimnos; para a senhora, 12 (*medimno:* medida de capacidade para sólidos, equivalente a cerca de 52 litros). Mais tarde, os escravos seriam obrigados a entregar metade da produção do lote.

Os aqueus eram os *periecos*, isto é, habitantes das terras periféricas (*perioikis*). Quase quatro vezes mais numerosos que os dórios, eles se dedicavam à agricultura e, em menor escala, à criação de carneiros e porcos, ao artesanato, à mineração de ferro e ao comércio. Entre eles, predominava o regime da propriedade privada: as terras podiam ser divididas e vendidas.

3. Transformações sociais e políticas

Esparta apresentava nesse período três camadas básicas: os dórios, os aqueus e os escravos. Os dórios, guerreiros, recebiam educação militar especial e eram chamados *espartíatas*. Os aqueus gozavam de boas condições materiais, mas não de direitos políticos. Os escravos eram os *hilotas*: habitantes de Helos, cidade do Peloponeso, que os dórios escravizaram, daí o nome. Não tinham proteção da lei e sua condição humana era das mais miseráveis do mundo antigo. Hilotas e periecos serviam no exército, formando um regimento levemente armado.

O regime político sofreu transformações proporcionais às mudanças na estrutura econômica e social. Economia e sociedade caminharam para o imobilismo. Isto explica o governo mais conservador, menos progressista.

O poder supremo passou a ser monopolizado pelo Conselho de Anciãos (Gerúsia), composto por 28 *gerontes* (cidadãos acima de 60 anos), e dois reis. Os gerontes, vitalícios e escolhidos por acla-

mação na Assembléia, tinham papel decisivo em assuntos de política externa. A Assembléia virou órgão apenas consultivo, pois decidia por aplauso. A Diarquia perdeu parte de seu poder executivo.

O Poder Executivo passou a ser exercido pelos *Éforos*, cinco magistrados escolhidos pelos gerontes e aprovados pela Assembléia. Com mandato de um ano, tinham função de vigiar os reis, cuidar da educação das crianças, fiscalizar a vida pública dos cidadãos e julgar os processos civis.

Era um governo *oligárquico*, pois só uma minoria de cidadãos, os *homoioi* (iguais), participava. O objetivo fundamental desse regime político de Esparta era conservar o *status quo*, isto é, a situação vigente, de privilégios da aristocracia e dominação sobre os escravos.

4. Transformações culturais

Com as mudanças estruturais do século VII a.C., Esparta regrediu culturalmente. O governo passou a estimular o laconismo, a xenofobia e a xenelasia. O *laconismo* consistia em falar tudo em poucas palavras, o que limitou a capacidade de raciocínio e o espírito crítico dos espartanos. A *xenofobia* e a *xenelasia* (aversão e expulsão de estrangeiros) impediam o contato com idéias inovadoras, consideradas subversivas para o sistema.

Esparta organizou um sistema de educação para reforçar ainda mais o *status quo*. Os cidadãos deviam viver para o Estado, guerrear o inimigo e procriar filhos para fortalecer o exército. Isso explica a relativa liberdade sexual; até o empréstimo de esposas era permitido, já que a finalidade era fornecer filhos ao Estado.

Os anciãos examinavam todo recém-nascido. Se não fosse robusto e sem defeitos, era lançado do alto do Monte Taigeto. As crianças ficavam com as mães até os 7 anos. Eram então entregues ao Estado, que lhes dava educação cívica até os 12 anos. Os meninos, nessa idade, iam para o campo, onde deviam sustentar-se por conta própria. Dormiam ao ar livre, em camas de bambu, que colhiam com as mãos, às margens do Rio Eurotas. Comiam o que roubavam. Se fossem apanhados roubando, eram espancados até morrer, não pelo roubo, mas pela demonstração de inabilidade.

Aos 17 anos, os rapazes passavam pela *Kriptia*, ou brincadeira de esconde-esconde, uma prova de habilidade: de dia, espalhavam-se pelo campo, munidos de punhais, e à noite deviam degolar quantos escravos conseguissem apanhar. Quem passava pela prova, tornava-se maior e recebia um lote de terra. Ia viver como soldado no quartel, tomando apenas uma refeição por dia (*sicitia*) ao cair da tarde.

Os espartíatas não podiam casar até os 30 anos, apenas coabitar. A partir dos 30, podiam participar da Assembléia, casar e deixar o cabelo crescer. Aos 60, aposentavam-se do exército e podiam tomar parte no Conselho de Anciãos.

Essa educação contribuía para eliminar uma parte dos escravos e facilitava o domínio sobre eles, pelo terror. Mas também contribuía para limitar o aumento da população espartíata, pois muitos filhos morriam logo ao nascer, recusados pelos velhos e lançados do Taigeto; ou desapareciam durante a fase militar da educação, de fome, frio, castigos ou na luta contra escravos.

As mulheres só casavam caso se ajustassem perfeitamente com o companheiro. Gozavam de muita liberdade; em geral, possuíam riquezas, recebidas em herança ou conseguidas no comércio, atividade proibida aos homens.

A conclusão é que o Estado espartano adotou um tipo de organização adequado para evitar mudanças radicais, para que a minoria dória pudesse dominar a maioria escrava. Esparta permaneceu nesse sistema até o século IV a.C.

Questões propostas

1. Relate: a fundação, a constituição e a distribuição de poderes em Esparta.

2. Quais as conseqüências da guerra travada na Messênia?

3. Como ficou dividida a sociedade espartana depois da guerra da Messênia?

4. Quais eram os objetivos de Esparta ao dar mais poder aos anciãos e fazer da Assembléia um órgão meramente consultivo, tornando o regime mais conservador que progressista?

5. Resuma os principais passos da educação espartana. O que foi que o Estado passou a estimular, fazendo os espartanos regredir do ponto de vista cultural?